

**DICIONÁRIOS FILOSÓFICOS E GLOSSÁRIOS EM FILOSOFIA:
ARTEFATOS CULTURAIS FILOSÓFICOS E INSTRUMENTOS DE
SATURAÇÃO DA REFERÊNCIA**

**PHILOSOPHICAL DICTIONARIES AND GLOSSARIES IN PHILOSOPHY:
PHILOSOPHICAL CULTURAL ARTIFACTS AND INSTRUMENTS OF
REFERENCE SATURATION**

Gleiton Matheus Bonfante¹

Universidade Federal Fluminense/ FAPERJ

Resumo: Este artigo celebra as ideias de Sylvain Auroux estressando seu viés filosófico. O texto aproxima, por diferentes vias, a Filosofia da Linguagem da História das Ideias Linguísticas (também HIL), perturbando suas margens tranquilas e borrando seus limites assinaláveis. Como questão central, o texto discute dois possíveis interesses de investigação para a HIL, apreendidos pelo seu caráter de instrumento linguístico e de artefato cultural filosófico. Os objetos de reflexão propostos são os dicionários filosóficos e os glossários integrantes de obras filosóficas. Ao engajá-los, a tessitura descreve dois deslocamentos: um conceitual e um epistêmico. Em relação ao campo dos conceitos, se propõe pensar a produtividade do termo artefatos culturais filosóficos, como análogo e concorrente do termo instrumentos linguísticos. Referente ao conhecimento epistêmico, a proposta é ressaltar na HIL sua proximidade com a filosofia. Entre as conclusões, pode-se ressaltar a caracterização dos dicionários filosóficos e os glossários que compõem textos filosóficos como instrumentos de saturação referencial e de estabilização conceitual.

Palavras-chave: Dicionários filosóficos; Glossários em filosofia; Artefatos culturais filosóficos; História das Ideias Linguísticas; Filosofia da Linguagem

Abstract: This paper celebrates Auroux's ideas by stressing their philosophical facet. The text brings the Philosophy of Language and the History of Linguistic Ideas (also HIL) closer by different ways, disturbing their quiet margins and blurring their unmistakable limits. As a central question, the text discusses two possible research interests for HIL, apprehended by their characterization as linguistic instrument and as philosophical cultural artifacts. The proposed objects of reflection are philosophical dictionaries and glossaries that are part of philosophical works. By engaging them, the paper describes two displacements: a conceptual and an epistemic one. Regarding the field of concepts, it is proposed to think about the productivity of the term philosophical cultural artifacts, as an analog and competitor of the term linguistic instrument. Regarding epistemic knowledge, the proposal is to stress HIL as a philosophical enterprise. Among the conclusions, one can highlight the characterization of philosophical dictionaries and the glossaries that compose philosophical texts as instruments of referential saturation and conceptual stabilization.

Keywords: Philosophical dictionaries; Glossaries in philosophy; Cultural-philosophical artifacts; History of Linguistic Ideas; Philosophy of Language

¹ Doutor em Interdisciplinar Linguística Aplicada pela UFRJ; Pesquisador visitante na Universidade Federal Fluminense (UFF) com financiamento FAPERJ/ Programa Pós-doutorado nota 10, Processo SEI-260003/019705/2022, a quem manifesto meus agradecimentos por possibilitar a escrita desse artigo. Email: supergleiton@gmail.com.

Submetido em 31 de maio de 2023.

Aprovado em 08 de agosto de 2023.

Introdução

Embora a filosofia seja uma das mais antigas formas de reflexão linguística e metalinguística, ela não é considerada uma ciência linguística, uma prática que sustenta nos ombros o peso do positivismo. De fato, seria difícil convencer de que a indomabilidade do pensamento filosófico pudesse docilmente se constringer a uma circunscrição nos limites disciplinares de uma ciência. E a razão para tal argumento é o paradoxo entre se disciplinar e se lançar sem limites às querelas do pensamento. Como assertivamente explica Foucault: “no interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas, mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber” (FOUCAULT, 2014[1970], p. 31). É justamente dessa teratologia do saber que a filosofia não pode abdicar, resistindo, portanto, à disciplinarização do pensamento sobre a língua. Explicado de outra forma, uma “ciência organiza sua autonomia em troca de um certo número de ignorâncias e recalques.” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 20). E com a linguística não foi diferente: a hoje multifacetada ciência linguística se fundou necessariamente a partir do recalque filosófico, e é considerada positivamente por muitos, a pioneira entre as ciências humanas a se recalcar, a endurecer, a se formalizar, sendo fetichizada como a “vedete das ciências humanas” (ORLANDI, 1986). Assim também acontece com o saber linguístico sobre a língua, ou o saber metalinguístico, alicerce para constituição de uma ciência. Nas palavras de Auroux: “O saber linguístico abstrato – aquele que se reflete sobre si mesmo como o que chamamos uma ciência – vai ter de se definir em uma relação de delimitação / oposição em relação à lógica e à filosofia” (AUROUX, 1992, p. 30). Curiosamente, a constituição de um saber metalinguístico contido por barreiras disciplinares parece ser justamente um ponto de encontro entre filosofia e linguística. Não se pode negar que haja algo em comum entre uma disciplina e a escrita filosófica: ambas requerem uma metalinguagem; exercem um processo de seleção conceitual e precisam construir textos complexos saturados referencialmente. Toda malha metalinguística contextualizada pode ser organizada sob a forma tecnológica dos glossários como modo de aprimorar o conhecimento e promover o saber linguístico e conceitual. E este é o cruzamento mais

evidente em Auroux (1992) entre a filosofia e a história das ideias linguísticas, cruzamento em que invisto neste artigo.

Em ressonância com essa discussão, compartilho aqui notas preliminares das reflexões sobre glossários filosóficos e a mediação do conhecimento. Essas notas se referem a um projeto de pesquisa em andamento intitulado *Glosando Spinoza: os glossários na Ética espinosana*, trabalho fortemente inspirado pelas reflexões de Auroux e seus leitores brasileiros sobre a história dos saberes linguísticos. Para o historiador da epistemologia linguística, o objeto da HIL são *saberes sobre a língua* (AUROUX, 1992, p. 13). Na versão francesa da obra, ele explica que ideias são saberes². O próprio filósofo da linguagem expande o sentido de saberes propondo que eles são *conceitos, procedimentos, técnicas* (AUROUX, 1992, p. 11). Na obra *A revolução tecnológica da gramatização* (1992), é proposta a observação da linguagem e sua história epistêmica a partir de uma perspectiva que privilegia a filosofia e a historiografia da ciência. A historiografia da linguagem tem sido pulsante no Brasil e tem fornecido trabalhos brilhantes que circulam por vários eixos, como da produção de enciclopédias (ESTEVES, 2023), da língua nacional (ORLANDI, 2001) da institucionalização da língua (ZOPPI-FONTANA; DINIZ, 2018), dos instrumentos linguísticos (AQUINO, 2020; MODESTO, 2022), da ética (ORLANDI, 2002) só pra citar alguns. As questões da HIL que privilegiam a filosofia, no entanto, permanecem um campo pouco investigado no Brasil e minha hipótese explicativa para tal é o desejo de emancipação política e linguística de Portugal que fez urgente pensar o Português como língua nacional cultural e histórica e, assim, pensar nossa própria identidade linguística e seu processo de formação a partir de instrumentos linguísticos, tomados por Auroux como objetos técnicos basais na ampliação das possibilidades linguísticas. Apesar da concepção claramente instrumental de Auroux sob instrumentos linguísticos, eles “intervêm na relação entre a língua, o sujeito e o Estado” (SILVA SOBRINHO, 2011, p. 96), sendo “parte da relação com a sociedade e com a história” (ORLANDI, 2001, p. 8). Portanto, além de seu aspecto instrumental, os instrumentos linguísticos são re-articulados na Análise do Discurso materialista como objetos simbólicos, históricos e ideológicos.

É no sentido de privilegiar a filosofia como objeto da HIL e como inspiração teórica que proponho pensar sua peculiar produção dicionarística como objetos legítimos

² Agradeço a Vanise Medeiros por essa informação sobre as diferenças entre a edição brasileira, consultada para esse texto e a versão original.

da HIL. No entanto, uma dúvida permanece: ao nos interessar por este tipo de artefatos, estaremos fazendo filosofia ou história das ideias linguísticas? Essa é uma das questões que esse artigo se propõe a responder, enquanto estende ao leitor o convite de Auroux para pensar a história das ideias linguísticas considerando seus aspectos histórico, epistêmico e, principalmente filosófico. A partir de Auroux é possível elencar uma motivação conceitual relevante para esse trabalho: afastarmo-nos de um ideal científico, aproximando nossos inquiridos da filosofia. Ora, não foi essa a motivação de Auroux em substituir “teorias³” por “ideias” na constituição do campo de saber, celebrado nessa coletânea?

Assim, ao propor pensar glossários filosóficos como formas de saber lexical e inversamente pensar os saberes glossários como forma de filosofar, esse artigo sugere como contribuição dois movimentos: um conceitual e um epistêmico. No campo dos conceitos, proponho pensar a produtividade do termos *artefatos culturais filosóficos*, e *instrumentos de saturação de referência* como análogos e concorrentes do termo *instrumentos linguísticos*. No que se refere ao conhecimento epistêmico, a proposta é realçar na HIL seu parentesco com a filosofia, sua afeição pelo filosofar. Esses movimentos serão promovidos através do seguinte percurso: no âmbito da empreitada conceitual, serão ressaltadas dos glossários filosóficos sua função instrumental na saturação da referência (seção 3) e seu papel de artefato cultural (seção 4). Quanto ao movimento epistêmico proposto, que dramatiza o laço da HIL com a filosofia, ele se coloca mais evidentemente nas seções 1 e 2. Na primeira seção, proponho uma aproximação teórica entre filosofia (da/na linguagem) e história das ideias linguísticas, que continua na segunda seção através de uma apresentação das peculiaridades dos dicionários filosóficos e de um mapeamento muito preliminar do campo.

1. A filosofia e a história das ideias linguísticas

“A reflexão sobre a linguagem não tem, evidentemente, começo assinalável.” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 29), o que implica a impossibilidade de se sugerir um ponto evidente de origem. Ademais, há de se reconhecer que uma origem frequentemente

³ De acordo com as explicações de Colombat, Fournier e Puech (2017[2010]), ideias seriam conceito mais adequado do que teoria. Enquanto ideia se mostra um conceito livre de associações normativas com um tipo de produção de conhecimento localizado historicamente, teoria parece celebrar certo entendimento de ciência desenvolvida no ocidente a partir do século XVIII, desconsiderando a diversa configuração que os procedimentos do saber podem assumir historicamente.

não seja um ponto temporal definido, mas uma marcha histórica: por “origem, não se trata evidentemente de um acontecimento, mas de um processo que podemos delimitar num intervalo temporal aberto, às vezes consideravelmente longo.” (AUROUX, 1992, p. 21). Em paralelismo inesperado com o parágrafo anterior, Althusser leva a reflexão filosófica na mesma direção: “não há um começo obrigatório para a filosofia” (ALTHUSSER, 2005[1982], p. 25). No texto supracitado, a nota XXXVII do tradutor da versão italiana, Vittorio Morfino, explica que a imagem do pensador que entra no vagão em movimento é central para a filosofia de Althusser, sendo documentada em, pelo menos, dois momentos: no breve texto *Portrait do filósofo materialista* (ALTHUSSER, 1994) e na sua biografia, onde se lê: “O materialista, ao contrário, é um homem que pega o trem andando, sem saber de onde ele vem nem para onde ele vai” (ALTHUSSER, 2005[1982], p. 46).

Além de não ter um começo assinalável, a produção de saberes sobre a linguagem, ou a filosofia da linguagem também não tem uma definição pacífica. Embora seja muito frequentemente sinonimizada com filosofia analítica da linguagem, elejo aqui uma perspectiva pluralista (MARTINS, 1999; CABRERA, 2009[2003]; AUROUX, 2009) sobre a filosofia da linguagem, considerando que ela não se restringe à filosofia analítica, mas que “diferentes opções teóricas, metodologias de acesso e sensibilidades perante o mundo darão origem a muitas e variadas filosofias da linguagem.” (CABRERA, 2009[2003], p. 16). Vejamos como Auroux, em consonância, define filosofia da linguagem logo no primeiro parágrafo de seu livro *Filosofia da Linguagem*:

A filosofia da linguagem não corresponde nem a um conceito, nem a um campo disciplinar bem constituído. Entende-se por filosofia da linguagem um conjunto de reflexões de origens distintas, observações dos filósofos a respeito da linguagem, análises técnicas construídas a partir dos formalismos lógicos, avaliações do papel da linguagem comum, representações construídas a partir dos saberes positivos que tomam a linguagem como objeto (“filosofia da linguagem”). Apesar de sua heterogeneidade e, reconheçamos, de uma evidente falta de consistência teórica do conjunto, trata-se provavelmente do mais importante e mais difícil campo da filosofia. (AUROUX, 2009, p. 7)

A explicação de Auroux aproxima a produção de saber linguístico e metalinguístico da filosofia da linguagem por duas vias argumentativas. Em primeiro lugar, faz a filosofia da linguagem se dissolver na sua própria definição de ciência (*os saberes linguísticos*), enquanto expande o sentido de ciências da linguagem, distribuindo a práxis científica por toda a produção de saberes sobre este objeto – a língua. Em seguida,

ele distingue a filosofia da linguagem de outras formas de filosofar, caracterizando-a como heterogênea e teoricamente inconsistentemente, porém robusta. Considerando a enunciada parelha entre as ciências linguísticas e a filosofia da linguagem nos cabe perguntar se seriam a mesma coisa. De acordo com Russell, “A única diferença entre ciência e filosofia é que a ciência é aquilo que mais ou menos sabemos, enquanto a filosofia é aquilo que a gente não sabe.” (RUSSELL, 1971, p. 281). Em outras palavras, enquanto a ciência provenha às questões que levanta respostas que acredita serem satisfatórias, a filosofia se sente confortável no terreno da dúvida, abraçando o “caráter não demonstrativo do discurso filosófico.” (PORCHAT PEREIRA, 1994, p. 30).

Para continuar nosso exercício contrastivo, podemos nos remeter a Auroux (1992), para quem o papel da filosofia na transformação dos saberes linguísticos em ciência foi um papel negativo. Milner (2012) e Gadet e Pêcheux (2004) concordam: a filosofia teve que ser negada pela linguística como demanda de inscrição disciplinar em limites científicos. Com Auroux, a palavra:

(...) quando a exigência de uma autonomia do saber linguístico apareceu⁴ – por razões tanto institucionais quanto teóricas –, os linguistas inventaram o pecado do logicismo, falta que consiste em importar da lógica para a linguística. (...) Para a filosofia – da qual a lógica faz parte – o processo é mais complicado. Se a linguagem é matéria de filosofar (cf. Hacking, 1975), é por razões de essência. A filosofia ocupa o terreno das especulações míticas: porque existe linguagem ao invés do nada (Milner, 1978:36)? O domínio tradicional da filosofia é o das relações da linguagem com o pensamento, com o verdadeiro e com o real (...). A separação em relação à filosofia não tem outro recurso senão a negação da filosofia, a recusa das questões de essência, de origem e de universalidade. Ela se realiza por exclusões na não-ciência e no fantástico (...). (AUROUX, 1992, p. 31)

Contudo, não seria equivocado sugerir que a filosofia permaneceu na ciência da linguagem por, pelo menos, dois motivos: primeiramente pela impossibilidade da produção de saberes linguísticos fora dos moldes de reflexão inaugurados pelo helenismo, se acreditarmos com Heidegger que “a ciência nunca existiria se a filosofia não a tivesse precedido e antecipado” (HEIDEGGER, 2021[1956], p. 12). Sugerindo que o papel da

⁴ O desejo por autonomia é uma das causas diversas que exercem pressão na forma como saberes se desenvolvem, no entanto, “as causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos são extremamente complexas” (AUROUX, 1992, p. 28). Além do desejo disciplinar pela autonomia, podemos elencar a “administração dos grandes Estados, a literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contatos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medicina, a anatomia ou a psicologia” (AUROUX, 1992, p. 28).

filosofia na forma de pensar ocidental tenha sido mais que propositiva: quase determinística, ele defende que “a palavra *philosophia* está, de certa maneira, na certidão de nascimento de nossa própria história (...)” (HEIDEGGER, 2021[1956], p. 13), como ocidentais. O segundo argumento se refere filosoficamente à insistência persistente das exclusões de se fazerem presentes na linguagem. A presença viva na linguagem de tudo aquilo de que o linguista teima em abdicar é ironizada pelo autor duplo: “Entre o amor pela língua materna e o desejo da língua ideal, a linguística científica revela estranhos parentescos com aquilo que ela vive de excluir.” (GADET PÊCHEUX, 2004, p. 48).

Último ponto que desejo ressaltar pela proximidade da HIL com a filosofia remete ao século XX, quando se operou na filosofia uma *virada linguística*: a partir de uma renovação do interesse epistêmico filosófico. Passa-se, neste momento, a aceitar que os problemas filosóficos, éticos e estéticos são questões linguísticas. Além disso, a partir do século XX, a maioria dos filósofos não interessados especificamente em linguagem – e talvez sobretudo eles, já que os contemporâneos focados em linguagem apresentavam uma atitude mentalista-realista – passam a considerar a linguagem como preocupação filosófica legítima (CABRERA, 2009[2003]): “É um fato evidente que uma grande atenção para com a linguagem é atualmente característica de todas as correntes principais da filosofia ocidental” (HACKING, 1999, p. 19, apud CABRERA, 2009[2003], p. 16). A partir dessa argumentação pelo imbricamento de saberes da HIL e saberes filosóficos, proponho um entrelaçamento também entre os instrumentos linguísticos e a prática de filosofar. Assim, penso as primeiras produções dicionarísticas e gramáticas e as primeiras reflexões filosóficas sobre linguagem como co-originárias. Uma origem comum – não pontual, mas processual – não é apenas uma forma de negar atribuir anterioridade a uma das duas, mas de embarçar suas histórias e embaralhar seus começos e limites. O ponto de costura entre a produção de instrumentos linguísticos e o filosofar sobre linguagem é, em minha perspectiva, o conhecimento metalinguístico e conceitual, pois dicionários e gramáticas são uma forma muito primordial de saber filosófico. Assim, invisto na circularidade de dois elementos: por um lado, a *filosofia como a gramática do pensamento ocidental* e, por outro, a *gramática como um dos primeiros tipos de filosofia*. A segunda parte da expressão⁵ circular que proponho pode ser exemplificada pela forma

⁵ Questões filosóficas que gosto de me colocar são: a escrita teria permitido a gramática ou a filosofia possibilitou a gramática e a escrita? Seria possível gramatizar a linguagem falada? Seria o filosofar

como gramáticas e estudos de retórica são considerados por Helena Martins: “estudos de teor mais empírico e propedêutico, os quais ocupam sem dúvida um lugar relevante e fundador na história das teorias linguísticas” (1996, p. 449). Em contrapartida, a filosofia, se mostra como fenômeno basal para a produção e desenvolvimento de saberes metalinguísticos, e dos próprios instrumentos linguísticos, pois é “a especulação sobre as relações do logos no Ser (filosofia)” (AUROUX, 1992, p. 27) que se conjuga à retórica, poética, lógica e pragmática para produzir uma “teoria das partes do discurso” (AUROUX, 1992, p. 27).

Notem que essa aproximação epistêmica já foi aludida por outros autores como Martins (1999) e Auroux (1992) acima. Dicionários de filosofia surgem historicamente depois dos dicionários bilíngues e dos monolíngues, no entanto listas de palavras e glossários em textos de filosofia remontam às primeiras manifestações filosóficas. Nesse texto proponho tratar como objeto de estudo da HIL dicionários de filosofia e glossários dentro de obras filosóficas, artefatos que considero semelhantes porém diferentes e que serão tratados como artefatos filosóficos culturais. Embora, o leitor seja mantido em suspense até a seção 4 para a discussão em pormenores da razão para tal substituição, já se pode ter uma ideia da sugestão de veicular os textos produzidos em contexto filosófico com artefatos culturalmente localizados de saberes metalinguísticos e antropológicos.

O que permite aproximar HIL e filosofia, como já mencionado, seria a preocupação conceitual, que interessa não apenas ao discurso dicionarístico, mas as questões de significação postas pela filosofia. Assim explica Cabrera tal relação: “Conceitos e significação vão juntos. Essa significatividade será entendida de maneiras muito diversas pelas diferentes filosofias da linguagem e, conseqüentemente, a constituição dos conceitos também será diversamente entendida.” (CABRERA, 2009[2003], p. 17). Defendo que grande parte do que é a filosofia seja sua metalinguagem, as palavras específicas que designam os conceitos e que apresentam com fina distinção semântica a menor minúcia significativa. O conjunto de relações significantes fixadas para específico contexto, frequentemente expressas em glossários são o primeiro passo da reflexão filosófica. Antes de qualquer conhecimento sobre a coisa, supõe-se conhecer a essência da coisa, no sentido de poder denominá-la a partir de

metalinguístico o estopim da gramatização? Como seria uma gramática fora dos moldes helenistas de conhecimento metalinguístico?

perguntas. A filosofia dramatiza a polissemia e desestabiliza a fetichizada conexão entre significado e significante – Ou seria essa a poesia? O funcionamento filosófico da linguagem depende da estabilização momentânea dos conceitos em jogo (possivelmente da ciência e da teoria também, no entanto, a ciência dogmática como ela é, abdica da efemeridade significativa para se deitar em homonímia esplêndida). A filosofia não se permite esse sossego e vagueia conceitualmente pela incerteza de sua significação, daí a importância que adquire um dicionário ou glossário em seu amparo: glossários e dicionários de língua são “um dos lugares que sustentam as evidências dos sentidos funcionando como um instrumento de estabilização do discurso” (NUNES, 2006, p. 11).

2. Os dicionários e a filosofia

A escrita desse artigo foi motivada pela dificuldade em encontrar pesquisas que tenham se interessado por saberes linguísticos e metalinguísticos em sua interface com a produção dicionarística em filosofia. Pensei, portanto, em seguir esse caminho-motivação de escrita sobre o saber conceitual no campo da filosofia, refletindo sobre os funcionamentos dos dicionários filosóficos e dos glossários em obras filosóficas. Receio, no entanto, que por falta de literatura de apoio, esse texto só poderia ter um caráter tentativo: tateia, procura entender, procura sentir como esse campo pode se abrir a novas e velhas questões.

Dicionários e glossários são objetos políticos (ORLANDI, 2002), instrumentos linguísticos (AUROUX, 1992), artefatos (FERREIRA, 2020) tradicionalmente conceitualizados na HIL do Brasil por suas relações com a sociedade, com a história e com a descolonização do conhecimento linguístico. Ver Nunes (2008) e Costa (2019) para uma discussão sobre o panorama da HIL no Brasil. As discussões empreendidas acá do Atlântico, expandem e complexificam a proposta de Auroux (1992) de pensar os instrumentos linguísticos como tecnologias de língua e como formas de intervenções políticas. Aquino (2020), por exemplo, ao situar “gramática” historicamente ressalta seu papel determinante na produção de saber metalinguístico. Ele problematiza a concepção dos instrumentos linguísticos como sendo a própria língua e sua implicação em uma unidade nacional e linguística. Ele postula os instrumentos linguísticos como políticos, técnicos, históricos, e responsáveis por espelhar nos falantes uma imagem de unidade linguístico-identitária “promovida pelo Estado nacional” (AQUINO, 2020, p. 122), o que, por sua vez, estabelece hierarquias entre tipos de falantes. Modesto (2022), por outro lado,

se propõe a pensar relações étnico-raciais pela perspectiva do dicionário, sugerindo que “também os instrumentos linguísticos foram palco para esse espetáculo da mestiçagem” (2022, p. 3). Modesto toma os instrumentos linguísticos como objeto material de análise e de crítica antirracista. Seguindo Nunes (2010), ele propõe tratar os dicionários como discursos sobre a língua, em que se encerra uma forma privilegiada de saber histórico e político. Ainda nessa esteira de pensar os instrumentos linguísticos no nosso contexto colonial, podemos ressaltar os trabalhos de Zoppi-Fontana e Diniz que, ao propor os instrumentos linguísticos como pilares de nosso saber metalinguístico (ZOPPI-FONTANA; DINIZ, 2008, p. 94), também propõem entender “instrumentos linguísticos enquanto objetos/lugares simbólicos” (ZOPPI-FONTANA; DINIZ, 2008, p. 91), além de outros trabalhos relevantes que expandem a aplicação do conceito de instrumentos linguísticos mas, que aqui, comparecem como gestos de esquecimento.

A partir da interlocução com a literatura sobre instrumentos linguísticos e, principalmente, dicionários, por uma perspectiva filosófica, as questões que pululam são várias: qual é o papel linguístico e sociopolítico do dicionário e glossários em filosofia? Seriam as potencialidades e funcionalidades metalinguísticas do saber glossário em filosofia, distintas das atribuídas aos glossários produzidos em outros contextos e com outras finalidades políticas? Quais seriam as peculiaridades do glossário para a filosofia? Tentarei fornecer direcionamentos – não respostas definitivas – para essas inquisições através da discussão que segue.

Os dicionários monolíngues gozam de um “efeito de completude da representação” linguística (ORLANDI, 2002, p.103), não apenas sendo imaginados como unidade representacional da língua mas como repositório que contém todas as palavras da língua. Essa pode ser levantada como uma primeira distinção entre dicionários monolíngues e dicionários em filosofia, já que os últimos são assumidamente incompletos, não direcionam o leitor a um circuito fechado que se encerra em si mesmo, mas os lança para fora do dicionário convidando sempre à observação dos vocábulos em seu emprego local e contextual dentro de específico gesto filosófico. Os dicionários e glossários filosóficos remetem explicitamente ao uso, à não-neutralidade e não universalidade dos conceitos e sentidos. Com razão, axioma para o Wittgenstein (2022[1953]) das *Investigações filosóficas* é que o significado de uma palavra no discurso filosófico é condicionado por fatores contextuais:

Evidentemente, o que nos confunde é a uniformidade de sua aparência quando as palavras nos são faladas ou nos aparecem na forma escrita ou impressa. Pois seu emprego não se põe tão claramente diante de nós. Principalmente quando filosofamos! (WITTGENSTEIN, 2022[1953], aforismo 11).

No aforismo acima, podemos sugerir que Wittgenstein tem clareza da opacidade das palavras, principalmente na ocasião da filosofia, o que pode nos levar a defender a produção de saber metalinguístico na filosofia como uma forma de cristalizar saberes conceituais, estabilizando-os para a prática filosófica. No aforismo citado há uma clara preocupação com o uso, além de um claro distanciamento entre o *Tractatus* seu primeiro livro, localizado numa tradição de filosofia analítica da linguagem. Wittgenstein alude à instabilidade da relação entre referente e significado, especialmente na prática da filosofia. Realço essa questão por sugerir a necessidade de glossários – mesmo que mentais – que ajudem a saturar e estabilizar o sentido na construção de uma narrativa filosófica. A instabilidade da relação entre referente e sentido o leva a questionar a eficiência semântica da nomeação definitiva, da atribuição de sentido universal. Vejamos como Wittgenstein arremata o aforismo 15, em relação à classificação do mundo:

Frequentemente se mostrará inútil, se ao filosofar, dissermos: Nomear algo é semelhante a colar, sobre uma coisa, uma etiqueta com seu nome. (WITTGENSTEIN, 2022[1953], aforismo 15)

As etiquetas não são aderentes, pois os sentidos filosóficos não se subscrevem ao signo de forma estável. A etiquetagem pode inclusive se mostrar inútil nas trincheiras filosóficas. Neste sentido, os aforismos de Wittgenstein reforçam meu argumento de que existe uma importante diferença – ou talvez não – entre dicionários monolíngues e dicionários de filosofia: a função estabilizadora do sentido⁶, ou em outras palavras a *saturação da referência*, sem a qual, uma narrativa filosófica pode se mostrar impenetrável. Distintamente, os dicionários monolíngues não parecem ser objetos culturais dos quais a saturação referencial dependa. Ao contrário, eles almejam a organização do saber metalinguístico como uma forma de controle sobre a língua e seus falantes, através de diretrizes do sentido. O dicionário é “organizado ideologicamente de determinada maneira” (ORLANDI, 2002, p. 107) para fazer parte de nossa relação – normativa ou não – com a língua.

⁶ Certamente, os dicionários também estabilizam, mas com interesse de controlar politicamente a semântica.

Nesse fluxo, outra distinção entre dicionários de língua e dicionários filosóficos que me parece pertinente se dá sobre como eles incidem na materialidade linguística e discursiva. Os dicionários operam com a língua do comum, do cotidiano, a linguagem banal que nos guia, por vezes, de forma automática pela vida discursiva e seus jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 2022[1953]). O dicionário de conceitos filosóficos, não. Eles nos guiam por uma língua extraordinária altamente contextual, que subentende uma deformação de si necessária ao filosofar. Penso que nos glossários em textos filosóficos e dicionários de filosofia se trata de saberes conceituais e não linguísticos, que incidem sobre a própria filosofia como exercício de pensamento e discurso e na história do pensamento filosófico. O dicionário filosófico não incide sobre a língua, mas sobre a teoria e a filosofia⁷. Em decorrência do exposto, esboço uma distinção quanto a suas possibilidades performativas: enquanto o dicionário monolíngue produz língua, o glossário filosófico produz o próprio pensamento filosófico, ou seja, é uma forma prática de filosofar e de produzir reflexão metalinguística. Seus produtos pragmáticos são diversos.

A relação entre dicionários e a produção de saber é transversalizada pela historicidade. “Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.” (AUROUX, 1992, p.12) sobretudo filosófico-metalinguístico. A filosofia invoca de certa forma uma memória do pensamento, como um artefato que nos permite acessar diferentes narrativas e resguardar a razão. A filosofia dentro da HIL também exacerba os punhos⁸ políticos dos projetos de conhecimento metalinguístico, de modo que vejo nessa interlocução possibilidade de rica reflexão filosófica-lexicográfica-discursiva. Das próximas linhas ao fim dessa seção, apresento um levantamento de alguns dicionários filosóficos, que poderiam ser objeto de interesse de historiadores das ideias linguísticas como possibilidade de reflexão política e filosófica sobre língua e sociedade. Vou discorrer a seguir brevemente sobre o *Liber Glossarum*, o dicionário de Voltaire e o dicionário de Bayle, três expoentes do saber dicionarísticos investidos de interesse pela filosofia, para esboçar um mapeamento muito preliminar de campo. Que meu silêncio constrangedor sobre a filosofia brasileira não cegue o leitor para a pluralidade de obras glossário-filosóficas nacionais como o *Dicionário de Paulo Freire* (STRECK, REDIN, ZITKOSKI;

⁷ Agradeço a Vanise Medeiros, por essa ideia da incidência: enquanto o dicionário incide sobre a língua, o dicionário filosófico incide sobre a filosofia ou teoria, são o discurso teórico e filosófico que ele toca.

⁸ Trata-se de um lapso. Ao contrário do pretendido *cunho*, produzi *punho* e abracei a metáfora do encontro entre meus dedos, as teclas e o que eu não sei.

2010) e o *Dicionário básico de Filosofia* (JAPIASSÚ, MARCONDES, 1990). O estudo dessas obras pode se revelar um compromisso inadiável com a educação, com a política e com a ética.

2.1. *Liber Glossarum*

O *Liber glossarum*, também designado como *Glossário de Ansileubo* se refere a um grande compêndio de conhecimento geral e fontes de referências compilado segundo Goetz (1893) durante os VII e VIII. O *Liber glossarum* surtiu grande interesse para compiladores posteriores durante toda a Idade Média e para estudiosos contemporâneos de filosofia, historiografia linguística e HIL, sobretudo na Itália, pois é a primeira enciclopédia latina que emprega entradas ordenadas alfabeticamente, uma organização de língua que passou a se denominar glossário ou dicionário (Ver Barbero, 2016). O estudo do *Liber Glossarum* tem imensa importância tanto para filósofos quanto para linguistas. Suas glosas oferecem uma janela para o cenário filosófico e linguístico do período medieval, permitindo que os estudiosos explorem a evolução das ideias, a recepção de textos filosóficos e o desenvolvimento da linguagem e dos próprios dicionários. O *Liber Glossarum*, com aproximadamente 30 mil entradas, é um valioso testemunho das buscas intelectuais de nossos antepassados, promovendo uma compreensão mais profunda de nossa herança filosófica e linguística, a partir de instrumentos linguísticos interessados nos contornos filosóficos de seu funcionamento.

2.2 *Dictionnaire historique et critique*

Em seguida, apresento brevemente o *Dictionnaire historique et critique* (1695) de Pierre Bayle (1647-1706), um dicionário que possui configuração especial: “Bayle praticou uma forma narrativa aberta, construída como diálogo do autor com seus personagens, e marcada pela recusa de um espírito geométrico” (LESSA, 2009, p. 461). Bayle discute os trabalhos filosóficos estabelecendo críticas dialéticas poderosas e, por isso, tem sido estudado pela filosofia (Ver LESSA, 2009; OLIVEIRA, 2019; SMITH, 2019). Ele é conhecido como um filósofo cético que defendeu com seus escritos a tolerância religiosa e se opôs fortemente às “pretensões da razão em assuntos teológicos e metafísicos.” (OLIVEIRA, 2019, p. 150). O filósofo se posiciona em terreno de desconfiança no que tange à *verdade*, esse desejo filosófico e científico, propondo que “ideias claras e distintas não são um critério de verdade.” (SMITH, 2019, p. 382) ou ainda

que “as ideias claras não somente não são o único critério de verdade, mas talvez sequer sejam o critério mais importante” (SMITH, 2019, p. 382). Gosto de pensar que Bayle escancara o fato de que “a produção de um saber metalinguístico está materialmente ligada à produção de efeitos imaginários” (ZOPPI-FONTANA; DINIZ, 2008, p.91), a *verdade* entre eles. Ao desconfiar da verdade como produto filosófico, Bayle prescreve nenhuma verdade à filosofia.

2.3 *As cartas de Voltaire*

Finalmente, também acredito ser o *Dicionário de Voltaire* (2018) um valioso instrumento de estudo para a HIL, além de “uma arma pela educação” (DE SANTANA, 2022). Publicado em 1764, o dicionário filosófico de Voltaire, o posiciona de forma única no centro de um projeto iluminista pelo conhecimento e pela emancipação humana. Ele convidava, por vezes de forma insistente, à reflexão, em um momento histórico em que se pensar fora dos enquadres da igreja e do Estado era proibido. Uma breve análise da macroestrutura do livro mostra que os domínios mais sobressalentes são justamente aqueles da religião, da democracia e política, implicando num interesse confesso pela emancipação humanista. Ademais, Voltaire apresenta uma atitude muito natural frente à homossexualidade masculina, designando-a como “amor socrático” (2018, p. 67). O dicionário de Voltaire, originalmente publicado como cartas à sociedade francesa do séc. XVIII, é evidência empírica de que todo saber histórico e político “resulta a cada instante de uma interação entre as tradições e o contexto” (AUROUX, 1992, p. 14). Ele também permite marcar no curso da história o surgimento de um “desejo de saber tudo” (ESTEVEVES, 2023) ou um desejo de aproximar o conhecimento do povo do qual as enciclopédias e dicionários são materializações políticas.

3. Glossários e dicionários de filosofia como instrumento de saturação de referência e estabilização conceitual

“Para a história das representações linguísticas, o limiar da escrita é fundamental.” (AUROUX, 1992, p. 18). Poderíamos dizer o mesmo sobre a história da filosofia? Qual relevância a escrita teve para esse saber? Seria o advento da escrita uma forma de filosofia? Ou seria a escrita a solução para uma questão filosófica? Ou só uma das condições materiais para que essas questões se desenrolassem discursivamente? Este tipo de questões nos coloca simultaneamente no campo da filosofia e da história das ideias

linguísticas. Elas articulam um mundo de questionamentos que se abrem em mais perguntas e em conhecimento histórico e filosófico sobre língua. Ademais, este tipo de questão tenho pensado na tentativa de tomar os dicionários e glossários filosóficos como instrumentos linguísticos – ou, como proponho artefatos culturais filosóficos. No entanto, penso que artefatos não bastam como explicação pois os glossários filosóficos têm uma dimensão de fato instrumental. Então, como que tipo de instrumentos poderiam ser pensados os glossários filosóficos? Nessa seção, pretendo convencer quem me lê de que tratamos de *instrumentos de estabilização conceitual e instrumentos de saturação referencial*.

Em obras filosóficas – e mesmo as teóricas – que apresentam um glossário, eles são apresentados como um compêndio. Hora mantido intocado, hora considerado parte integrante da experiência de filosofar. Frequentemente, além de um artefato cultural-filosófico, os glossários são instrumentos educacionais. Com razão, essa parece ser sua dimensão mais evidente: ajudam a explicar, esclarecer, evidenciar, apontar, tornar clara uma referência abstrata. Contudo, a hipótese em que me empenho nesse texto sugere que dentro da escrita filosófica, os glossários podem funcionar como *instrumento de saturação da referência intradiscursiva*. A saturação referencial depende obviamente do processo de significação (filosofês) ou da produção de sentido (termo preferido pela HIL), empreendida no discurso pelos processos catafóricos e anafóricos de referenciação. Assim, os sentidos possíveis que espreitam o texto dependem, em parte, da forma como as referências são construídas textualmente. Glossários que acompanham obras filosóficas parecem transcender a estabilização momentânea da relação entre significado e significante para operar também como um instrumento responsável pela construção da referenciação na narrativa filosófica, permitindo que a dança entre conceitos e sentido seja costurada de forma mais ou menos estável.

Em decorrência do exposto, penso glossário como tecnologia de estabilização conceitual para a produção discursiva de saturação referencial durante narrativas complexas (como no caso da filosofia ou de investidas teóricas). Isso significa que dicionários e glossários ajudam a saturar a referência da malha anafórica-catafórica construída no texto, inaugurando novos sentidos e estabilizando possibilidades de significação, não apenas compondo “um arquivo de língua” (MEDEIROS, 2020, p. 112), mas esboçando um gesto filosófico em si mesmo. Se considerarmos que “o que aparece em primeiro lugar são listas de palavras.” (AUROUX, 1992, p. 22) ou seja, nos registros

mais primórdios do conhecimento filosófico e metalinguístico jazem os proto-glossários, podemos considerar que a filosofia também se faz na saturação referencial. Assim, listas de palavras são instrumentos pragmaticamente e contextualmente imbricadas em práticas de conhecer e referir. A filosofia ontológica começa com listas de palavras para responder questões como: (*o que é isto?*) (*O que é o ente?*) (HEIDEGGER, 2018[1956]). Vejam como essas são questões acerca da saturação referencial!

Um glossário filosófico específico com que gostaria de esboçar uma ilustração para o argumento de que dicionários e glossários dentro de obras filosóficas são instrumento de saturação de referência e estabilização conceitual, é o conjunto de definições conceituais, proposições, axiomas e redescritões textuais empregados por Espinosa na *Ética* (2009 [1677]). O método euclidiano da escrita da *Ética* de Espinosa prevê que cada capítulo seja iniciado por uma lista de axiomas e por uma lista de definições. Nas palavras de Althusser “a estratégia filosófica de Espinosa é radical e de uma extrema complexidade.”, especialmente se considerarmos “a massa de conceitos que são trabalhados na *Ética*” (2005 [1982], p. 16). Além de uma malha conceitual específica, a *Ética* de Spinoza também se dedica a descrição glossárica dos sentimentos – ou afetos como sugere o autor – para fomentar um projeto de libertação humana das paixões. Embora eu deseje descrever os glossários espinosanos em outra ocasião mais detidamente, sua configuração aponta para a necessidade de estabilizar o sentido para uma pesquisa filosófica, para o qual estes glossários trabalham. Essa obra também permite perceber como conhecer as definições é indispensável para a construção das referências e para o funcionamento da “progressão referencial” dentro do texto. Vale notar que as definições sugeridas no início do capítulo raramente são absolutas. Ao contrário, são retomadas, retrabalhadas e possuem seu sentido expandido ou limitado ao longo da narrativa filosófica, permitindo um movimento constante de estabilização e desestabilização típicas do gesto de leitura. A saturação referencial é essencial para que um texto surta efeitos, e a glossarização é essencial para a saturação, pois “como a língua está sempre aberta a pontos de deriva, nenhuma metalinguagem conseguirá descrever, de uma vez por todas, o que é a língua.” (FERREIRA, 2020, p. 95).

4. Instrumentos linguísticos, objetos linguísticos e artefatos culturais filosóficos

Sylvain Auroux (1992) define a gramatização como o processo de instrumentalização da língua por meio de duas tecnologias, a gramática e o dicionário,

ressaltando a relevância cultural, política e filosófica (sim, a gramática é fruto de um gesto filosófico) de tais tecnologias e seu entelamento com a sociedade. Tal entelamento social sugere que instrumentos técnicos, linguísticos ou não, são políticos: são artefatos simbólicos vivos constituídos pela história e dela constitutivos: não são neutros, mas ideológicos e possuem agendas políticas e econômicas, muitas vezes ocultas ou não tangenciáveis.

Nesse primeiro parágrafo, quem me lê é levado a considerar a relação sinonímia entre instrumentos e artefatos. Com razão, Ferreira (2020) explica que no campo da HIL sinonimizar artefato com instrumentos linguísticos tem sido estratégia teórica corrente, já que o próprio Aurox (1992) emprega essa sinonímia. Embora instrumentos, ferramentas e artefatos sejam empregados como sinônimos, seu funcionamento social, discursivo e epistêmico é diferente. E assinalar essa diferença se torna gesto essencial para justificar a sugestão da substituição de instrumentos linguísticos por *artefatos culturais filosóficos*, no que diz respeito ao olhar que lanço a dicionários filosóficos e glossários em filosofias. Do objeto para o instrumento há um giro conceitual: o primeiro se refere a algo que nos circunda e que é de natureza diferente da nossa. Não é estranho ou surpreendente, mas se diferencia de nós. O segundo se refere a uma tecnologia, uma ferramenta funcional, caracterizado pela “sua utilidade imediata ou segundo a sua durabilidade ou persistência” (LEMOS, 1987, p. 12). Do instrumento para o artefato há mais uma mudança conceitual que parece envolver uma qualidade histórica e transcultural, já que o artefato tem valor antropológico técnico e estético, pois além de uma funcionalidade, ele também possui alguma função apreciativa na história e memória social.

Artefatos culturais filosóficos (como dicionários de filosofia) em sinonímia com instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários) são tomados como tecnologias de produção de conhecimento. Com razão, a proposta de que o artefato incide na práxis científica (ORLANDI, 2003) foi o mote e motivação para a organização do livro *Artefatos de leitura* (DIAS; COSTA; BARBAI, 2020), o qual celebra o pressuposto de que os artefatos são partes essenciais do processo de produção de ciência. Com razão, artefatos são importantes objetos na mediação de transmissão de conhecimento (SOUSA, 2009). Para Orlandi (2020), o sentido da mediação na construção de um acontecimento científico é o que define um artefato. Ao pensar a construção de artefatos que produzimos em nossos projetos de pesquisa, Orlandi define, na nota 7, o que entende por artefato: “objeto de conhecimento fabricado teoricamente, produto de um processo de pesquisa de natureza

variada, que faz parte de uma reflexão” (2020, p.22). No mesmo volume, Nunes (2020) foca nos *artefatos de análise*, diferenciando nossos instrumentos teórico-analíticos de artefatos artísticos e culturais propriamente ditos. O gesto de Nunes é relevante para denotar outros sentidos de artefato que são feitos ausência quando o tomamos como sinônimos de tecnologia e quando o tomamos como instrumentos de produção científica.

Miller (2012) também se interessa em discutir a diferença entre tecnologia e artefato, mas por uma perspectiva antropológica: “Nas atividades dos nossos “atores” humanos no seu palco, visando a um fim, o artefato é um mediador na relação entre o homem (ou homens) em ação e o objeto ou fenômeno tratado, podendo ser este a natureza ou mesmo outro ser humano.” (MILLER, 2012, p. 93). Ou até a língua, detalhe que escapa a alguns antropólogos. Ele também sugere que há artefatos reconhecidos transculturalmente (martelo, faca) enquanto outros não são (distintivo policial ou um mouse de computador). Embora questões linguísticas possam se fazer ausência para pesquisas que pensam artefatos antropológicos, estas são relevantes para tocar uma aura mágica e mística que os artefatos podem sustentar culturalmente, e, assim, extrapolar sua funcionalidade técnica para se inflar de significado social, histórico e conativo, que os fazem ocupar espaço especial nos lugares da memória. Afinal de contas, eles compõem um patrimônio cultural e afetivo. Assim, os artefatos rompem a efemeridade do tempo e tornam-se representações de algo que está ausente como uma cultura, um afeto, uma prática social, uma lembrança. Ao se abrigar no próprio tempo, eles consistem em um testemunho material de uma determinada sociedade ao retratar modos de vida e revelar múltiplas expressões culturais (VELTHEM, 1998). Assim penso os dicionários de filosofia. Para Ferreira, todo artefato é lido culturalmente, portanto, “qualquer⁹ construção humana é passível de se tornar objeto de estudo enquanto um artefato” (FERREIRA, 2020, p. 85).

Tendo em vista a discussão proposta, entendo os dicionários filosóficos e glossários em filosofia como *artefatos culturais filosóficos*, tomados simultaneamente como instrumentos linguísticos e de produção de saber e que possuem para determinada cultura valor técnico, simbólico e mítico. Um artefato possui laços afetivos e de memória

⁹ Para Ferreira a “página em branco é nosso artefato fundador” (2020, p. 100) num movimento simbólico que produz artefatos ao infinito. Em seu gesto de dramatizar o artefato como manifestação simbólica, o artefato se dilui em seu texto. Ao ser considerado toda tecnologia que produz efeitos simbólicos, ela empreende um movimento filosófico que remete à Ética de Spinoza na indiferenciação da substância.

e – independentemente de como lido – fornece uma narrativa cultural e histórica, na qual eles intervêm, não como um instrumento linguístico que ao pretender descrever a língua a altera, mas como uma “forma de vida” (WITTGENSTEIN, 2020[1953]) que na língua se inscreve.

Considerações Finais

O interesse conceitual é a encruzilhada onde filosofia da linguagem e história das ideias linguísticas podem se cruzar. Essa intersecção foi explorada aqui para sugerir mais um caminho de produzir conhecimento em HIL ou apenas de se manter filosoficamente confortável com o ato de questionar, mesmo que ele não vislumbre uma verdade. Uma das questões que me propus a responder é se ao nos interessar por este tipo de artefatos – os dicionários de filosofia e os glossários em obras filosóficas – estaríamos fazendo filosofia ou história das ideias linguísticas? Penso que os dois! Estaríamos, ademais, aceitando o convite de Aurox de pensar a história das ideias linguísticas sobretudo por seus aspectos filosóficos.

Como sugerido aqui, dicionários de filosofia e glossários filosóficos são artefatos culturais, que, apesar da mais aparente função explicativa como compêndio da filosofia, são eles mesmos a filosofia a ser feita em forma de artefatos glossários. Também foram sugeridos alguns pontos de contraste entre os dicionários de língua e dicionários filosóficos, como a pretendida completude da língua vs a incompletude típica do sentido filosófico e como a incidência performativa dos dicionários: os de língua produzem linguagem, os filosóficos produzem filosofia. Ademais, dicionários de filosofia e glossários filosóficos também possuem uma função de saturação referencial de textos complexos e atuam como estabilizadores conceituais durante a prática de filosofar. Aos dicionários de filosofia e glossários em textos filosóficos falta uma comunicação com a dimensão gramática da língua, nomeadamente uma microestrutura; neles, as entradas são normalmente substantivos e sem informação gramatical alguma. Isso pode indicar que a filosofia assume que seu leitor possua algum – com algum, quero dizer *elevado* – conhecimento metalinguístico, ou ainda que o ensino da língua não é seu objetivo como artefato cultural filosófico. Pois a filosofia pressupõe a linguagem. Porque então, não pressupor à linguagem algum “*philein tó sóphon*” (HEIDEGGER, 2018[1956], p. 22), uma aspiração pelo *sóphon*, um desejo de conhecer, alguma filosofia própria?

Referências

- ALTHUSSER, L. A corrente subterrânea do materialismo do encontro (1982). *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.20, 2005, p.9-48. Tradução de Mônica Zoppi-Fontana.
- ALTHUSSER, L. *O futuro dura muito tempo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992. Tradução de Rosa Freire d’Aguilar.
- ALTHUSSER, L. Portrait du philosophe matérialiste. In: MATHERON, F. (comp.). *Écrits philosophiques et politiques*. Paris: Stock/Imec, 1994. p. 581-582. (Vol. I)
- AQUINO, J. E. Gramática: instrumento técnico/ferramenta político-histórica. In: MEDEIROS, V.; ESTEVES, P. M. S. et al. (Org.). *Almanaque de Fragmentos: ecos do século XIX*. Campinas: Pontes, 2020, p. 117-122.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. Tradução de Eni Orlandi.
- AUROUX, S. *Filosofia da linguagem*. São Paulo, Parábola: 2009. Tradução de Marcos Marcionilo.
- BARBERO, G. “Credo sit Papias integer”: la ricezione del Liber glossarum in Italia presso gli Umanisti. *Dossiers d’HEL. Le Liber glossarum (s. VII-VIII): Composition, sources, réception*, 10, pp.321-356, 2016.
- CABRERA, J. *Margens das filosofias da linguagem: conflitos e aproximações entre Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009[2003]*.
- COLOMBAT, B.; FOURNIER, J. M.; PUECH, C. *Uma história das ideias linguísticas*. São Paulo: Contexto, 2017[2010]. Tradução de Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite.
- COSTA, T. de A. da. Alguns apontamentos para uma história da HIL na França e no Brasil. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, n. 44, p. 9–34, 2019.
- ESTEVES, P. M. S. *Desejo de enciclopédia: o saber total*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: 2023.
- DE SANTANA, C. A. O Dicionário Filosófico de Voltaire: arma em favor da educação. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 2, n. 3, 5 mar. 2022.
- DIAS, C. P. C.; COSTA, G. C.; BARBAI, M. A. (Org) *Artefatos de Leitura*. Campinas: LABEURB/NUDECRI/Unicamp, 2020.
- FERREIRA, A. C. F. Ler, (d)escrever e interpretar os artefatos. In: DIAS, C. P. C.; COSTA, G. C.; BARBAI, M. A. (Org) *Artefatos de Leitura*. Campinas: LABEURB/NUDECRI/Unicamp, 2020.

- FOUCAULT, M. *Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014[1971].
- GADET PÊCHEUX, M., GADET, F. *A língua inatingível: o discurso na história da Linguística*. Campinas: Pontes, 2004, Tradução B. Mariani e M.E. Chaves de Mello.
- GOETZ, G. *Der Liber glossarum*, Leipzig: S. Hirzel, 1893
- HACKING, I. *Por que a linguagem interessa à filosofia?* São Paulo: Editora Unesp/Cambridge University Press, 1999.
- HEIDEGGER, M. *O que é isto – a filosofia?* Petrópolis: Vozes, 2018[1956]. Tradução de Ernildo Stein.
- LEMONS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico?* 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LESSA, R. O experimento Bayle: forma filosófica, ceticismo, crença e configuração do mundo humano. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 120, Dez./2009, p. 461-475.
- MARTINS, H. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol 3. São Paulo: Cortez, 1999.
- MEDEIROS, V. Glossários. In: MEDEIROS, V.; ESTEVES, P. M. S. et al. (Org.). *Almanaque de Fragmentos: ecos do século XIX*. Campinas: Pontes, 2020, p. 09-20
- MILLER, T. O. Considerações sobre a tecnologia: quando é um artefato? / Considerations on technology: when is an artifact?. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 39, p. 91–100, 2012.
- MILNER, J. C. O amor da língua. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. Tradução de Paulo S. de Souza Jr.
- NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas: Pontes/FAPESP/PAPERP. 2006.
- NUNES J. H. Uma articulação da análise do discurso com a história das ideias linguísticas. *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107–124, jul./dez. 2008
- NUNES, J. H. *Dicionários: história, leitura e produção*. In: *Revista de Letras (Taguatinga)*, v. 3. Brasília, UCB, 2010.
- NUNES, J. H. Artefato e equívoco: discurso artístico e espaço público. In: DIAS, C. P. C.; COSTA, G. C.; BARBAI, M. A. (Org) *Artefatos de Leitura*. Campinas: LABEURB/NUDECRI/Unicamp, 2020.
- OLIVEIRA, A. R. Dictionnaire historique et critique. *ELEUTHERÍA (Ελευθερία)* Campo Grande, MS. v. 4, n. 6, p. 150-176 junho/2019.

- ORLANDI, E. P. *O que é linguística?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ORLANDI, E. P. (org). *História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e a constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes e Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
- ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. P. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, Eni P. (Org.), *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.
- ORLANDI, E. P. Artefato, Metaforização e Ciências Humanas DIAS, C. P. C.; COSTA, G. C.; BARBAI, M. A. (Org) *Artefatos de Leitura*. Campinas: LABEURB/NUDECRI/Unicamp, 2020.
- PORCHAT PERREIRA, O. *Vida comum e ceticismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RUSSELL, B. *Logic and Knowledge*. 5. ed. New York: The Macmilliam Company, 1971.
- SILVA SOBRINHO, J. S. “*A língua é o que nos une*”: *língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa*. 2011. 133 f. Tese (Doutorado em Linguística)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- SMITH, P. J. Bayle e os impasses da razão. *Kriterion*. Belo Horizonte, nº 120/Dez, p. 377-390, 2009.
- SPINOZA, B. *Ética*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009 [1677]. Tradução de Tomaz Tadeu.
- SOUSA, M. J. S. Etnografia da produção de artefatos e artesanatos. *UAKARI*, v.5, n.1, p. 21-37, jun. 2009.
- STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- VELTHEM, L. H. V. *A Pele de Tuluperê: uma etnografia dos trançados Wayna*. Belém: MPEG, 1998.
- VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Lafonte, 2018. Tradução de Ciro Mioranza e Antonio Geraldo da Silva.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Fósforo, 2022[1953]. Tradução de Giovani Rodrigues e Tiago Tranjan.
- ZOPPI-FONTANA, M. G.; DINIZ, L. “Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira (PLE)”. In: *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 37 (3), p.89-119, 2018.